

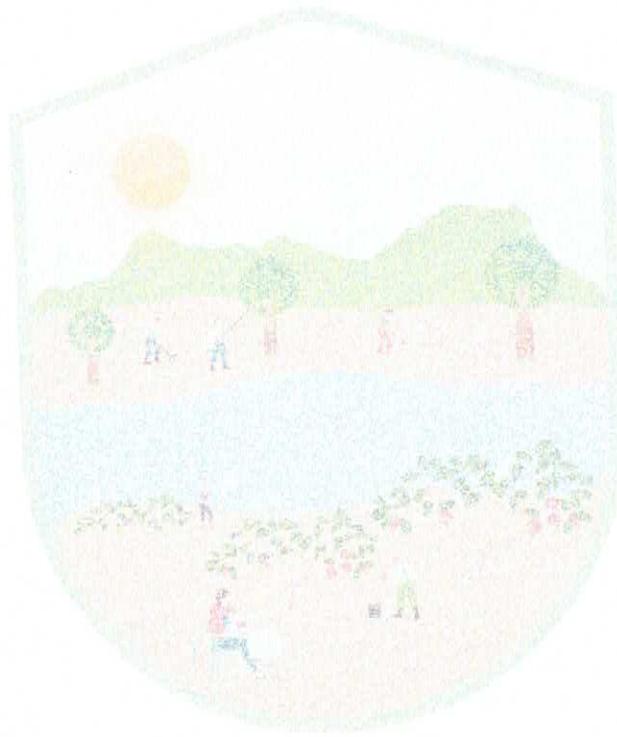


Governo Municipal de
MORRINHOS
Trabalho e Compromisso

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGÃO



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



Governo Municipal de
MORRINHOS
Trabalho e Compromisso

 (88) 3665-1130

 licitacaomorrinhosce@gmail.com

 morrinhos.ce.gov.br



RUA JOSÉ IBIAPINA ROCHA, S/N, CENTRO,
CEP: 62.550-000 - MORRINHOS - CE



CNPJ: 07.566.920/0001-10



TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS VINCULADOS À SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MORRINHOS.

2. **UNIDADE ADMINISTRATIVA**
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

3. **JUSTIFICATIVA:**
3.1 **DA AQUISIÇÃO**

A aquisição desses materiais justifica-se pela necessidade de implementação dos projetos sociais desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social deste município, quais sejam: Programas e Projetos Sociais para a Pessoa Idosa e Projeto Caravana da Terceira Idade. O Projeto será desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social de Morrinhos – CE, com o intuito de fortalecer a importância da Escuta Protegida, através da Escuta Especializada e acolhimento da Revelação Espontânea de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violências, a fim de evitar as repetições dos relatos, reduzindo a revitimização do sofrimento vivenciado, contribuindo para a proteção e o cuidado desse importante segmento social, no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos. O Projeto será desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social de Morrinhos – CE, com o intuito de acompanhar o idoso em sua condição biopsicossocial, suprimindo suas principais necessidades, indo de encontro aos Usuários dos serviços socioassistenciais, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, utilizando como estratégias, a visita domiciliar, atividades motoras, motivacionais, entrega de cestas básicas alimentícias e de higiene pessoal, bem como capacitação da rede de atendimento.

3.2 **DA ESCOLHA DA MODALIDADE**

3.2.1 Os itens estão ainda definidos de forma clara e objetiva em todas as especificações e quantitativos, por meio de especificações usuais no mercado, portanto sendo inquestionavelmente considerados bens comuns, na forma do dispõe o parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 10.520/2002.

3.2.2 Isto posto, é cabível então a utilização da licitação na modalidade pregão, por ser a modalidade com maior celeridade entre as fases processuais, propiciando maior competitividade devido a fase de lances característica da modalidade, culminando invariavelmente para obtenção de proposta mais vantajosa e a contratação com valores conforme a realidade de mercado.

3.3 **DA NÃO EXCLUSIVIDADE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP**

A redação do novel art. 47, da Lei Complementar no 123/06 estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de





microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante.

Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, a exclusividade apesar dos itens que forem estimados, abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serem separados por cotas, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado de acordo com os seguintes motivos:

O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não tem se mostrado vantajoso para a administração pública municipal, principalmente em municípios e órgãos de pequeno e médio porte. Posto que é comum em licitações para bens divisíveis que em havendo cotas, que se verifique a cotação com preços diferentes para os mesmos itens licitados em cotas diferentes.

Há casos em que os preços são divergentes cotados por empresas diferentes, de categorias tributárias diferentes, ou mesmo optantes pelo simples nacional, mas de tipos societários diferentes e há casos em que a diferença de valores cotados ocorre até para mesma empresa, sendo esta ME ou EPP, quando participa dos dois lotes ou itens em cotas diferentes.

Saliente-se que tais situações podem representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, causando atrasos processuais para as adequações de preços, assim como o transtorno de ter que se lidar com dois valores distintos para o mesmo item ou lote, muitas vezes frustrando-se licitações ou contratações, por atrasos em entregas de itens ou mesmo rescisões contratuais, além da Administração não ter suas necessidades atendidas a contento.

Quanto a esses pontos a Lei Complementar no 123/06, alterada pela Lei Complementar no 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: 'para toda regra existe uma exceção'. Assim sendo, de conformidade com o art. 49, inciso III não se aplica os benefícios dos arts. 47 e 48 quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,

Noutro ponto observa-se ainda a grande incidência de participação em certames licitatórios, adjudicação e contratações de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações do Município de Morrinhos, em sua grande maioria, o que deverasmente garante as





microempresas e empresas de pequeno porte acesso integral e irrestrito as licitações e contratações do Município de Morrinhos.

Outro fator importante é a garantia nos editais de licitação do Município de Morrinhos, do cumprimento das normas contidas nos Art's. 42 a 45 da Lei nº 123/2006 e suas alterações, especificamente no que pertine a garantia da apresentação da regularidade fiscal apenas para a assinatura do contrato e na ocorrência do empate ficto previsto nos Art's 44 e 45 da referida norma legal.

Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC no 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, da Lei no 8.666/93 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a "proposta mais vantajosa para a administração" conforme é vislumbrado no artigo 3º da Lei n. 8.666/93.

3.4 DA ESTIMATIVA DOS ITENS

3.4.1. A estimativa da demanda para a aquisição deste termo de referência foi baseada em pauta elaborada pela secretaria de Assistência Social do município de Morrinhos.

3.5. DA ADOÇÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

3.5.1. A adoção do SRP justifica-se nas hipóteses previstas nos incisos I, II, e IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 alterado pelo Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, pois os bens serão adquiridos ao longo do ano, de forma parcelada e de acordo com a demanda necessária, a qual por se tratar de produtos diversos podem sofrer modificações quantitativas ao longo do ano, de maneira que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser adquirido.

3.5.2. As quantidades previstas no presente termo de referência são estimativas máximas, para um período da assinatura da ata, e esta administração municipal se reserva o direito de adquirir em cada item/lote, o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado. Além disso, com a utilização do SRP será racionalizado o espaço para a armazenagem dos produtos.

3.6. DA DIVISÃO EM LOTES

3.6.1. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, POR LOTE, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto,





vez que vários fornecedores/prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo da prestação dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores/prestadores de serviços.

3.6.2. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

3.6.3. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja visto, a celeridade, economia de escala, a eficiência na fiscalização de contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para o fornecimento dos serviços, a execução e supervisão dos serviços a serem fornecidos. Assim com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por LOTE/GLOBAL.

4. FUNDAMENTO LEGAL:

4.1. A aquisição dos bens tem amparo legal disposto na Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas, c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 7 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019.

5. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADE:

LOTE I - PERMANENTE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	CADEIRA DE RODAS. Com estrutura em aço, resistente e com alta durabilidade. Pintada em tinta epóxi-pó. Com rodas traseiras com 4 rolamentos e freios bilaterais que garante a segurança, com rodas dianteiras em aro de 6", e as traseiras 24", com apoio para os braços, dobrável e suporta usuários de até 90 kg.	UND	2
2	CADEIRA PARA AUDITORIO, SEM RODIZIO E SEM BRAÇO, FIXA, 4 PÉS, ACENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, NA COR PRETA; EM ESPUMA INJETADA DE 40MM, REVESTIDA EM TECIDO, TUBO 3/4, PAREDE 1.5 COM TRAVA PRETA.	UND	50
3	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL MANUAL TBMS150H (3.32X1.86M) COM INSTALAÇÃO FIXA NO TETO	UND	1
4	PROJETOR TIPO DATA SHOW PROFISSIONAL DE 4000 LUMENS, 4K PARA TELA DE 3 M X 2 M APROXIMADAMENTE	UND	1
5	Armário de Cozinha Aéreo 3 Portas 52x105cm em Aço Branco, Especificações: corpo e portas em aço revestidos com pintura eletrostática a pó; Puxadores em PS; Caixas em papelão revestida com plástico Termoretrátil; Dobradiças metálicas de 26MM; Armário Aéreo, com 3 portas para melhor organização.	UND	2





6	Suporte Forno e Microondas com Fruteira em aço e tampo mármore, Dimensões do Produto:- Altura 100 cm (1 Metro)- Largura 72 cm- Profundidade 45 cm; Especificações: Acabamento em pintura pó epóxi; Tratamento de superfície antioxidante; Acompanha Ponteiras plásticas; 3 Cestos	UND	1
7	REFRIGERADOR/ GELADEIRA 2 PORTAS 340 LITROS, COMUM, BRANCA; DUPLEX; DEGELO FROST FREE; PAINEL DE CONTROLE; CONTROLE DE TEMPERATURA; PRATELEIRAS REMOVÍVEIS; GAVETAS REMOVÍVEIS; RECIPIENTE PARA GUARDAR GELO; PRATELEIRA DE GARRAFAS; ILUMINAÇÃO INTERNA; GAVETA DE ALIMENTOS FRESCOS; PORTA LATICÍNIOS; PORTA OVOS; COMPARTIMENTO EXTRA FRIO; EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A; CONSUMO 55,8 KW/MÊS; GARANTIA DO PRODUTO 12 MESES	UND	1
8	Aparelho De Pressão Arterial Digital Conteúdo da embalagem: - 01 Aparelho Digital de Pressão Digital G-tech - 01 Braçadeira de pulso tamanho 13 a 20 centímetros (circunferência de Pulso) - 01 Manual de Instruções em português - 02 Pilhas AA - 01 Estojo de Acrílico - 01 Caixa Original do Produto Produto com selo do Inmetro e Certificado e Registrado na Anvisa no 80275310066	UND	1
9	MESA PARA IMPRESSORA Confeccionada em madeira arvoplac MDP 15 mm, Acabamento em perfil pvc duas abas 16mm a volta toda do tampo, Pés em tubo 50x30 com pintura epóxi com apoio para prateleira com pés niveladores, Medidas: 0,60m de largura x 0,45 de profundidade x 67cm de altura	UND	2
LOTE II - JOGOS			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	JOGO EDUCATIVO CONHECENDO AS EMOÇÕES	UND	2
2	JOGO EDUCATIVO/TERAPEUTICO SOBRE COMO EU SOU? COMO ME VEJO?	UND	2
3	JOGO PARA ESTIMULAR O CEREBRO. Jogos de tabuleiro, memoria ou para estimular o raciocinio logico, confeccionados em madeira, mdf.	UND	2
4	JOGO DAS ATIVIDADES PARENTAIS. jogo desenvolvido a partir da prática clínica com crianças que vivenciavam conflitos no âmbito familiar e da prática jurídica em perícias psicológicas para varas de família. 41 cartas comportamentos dirigidos as crianças. 9 cartas personagens	UND	2
5	JOGO DE TERAPIA COM CRIANÇAS. Jogos de cartas para desenvolver atividades que estimulem convívio social, sentimentos, entre outros, no auxílio aos trabalhos psicológicos.	UND	5
6	KIT DE JOGOS TERAPIA CRIATIVA. Combo com diversos jogos para terapia. Compostos por 30 itens: 001 "O monstro do problema" (livro) 002 "Conversinha" (7-12 anos) 003 "Será que conheço você?" 7 a 10 anos 004 "Será que conheço você?" 10 a 14 anos 005 - "Quase morri de raiva - edição ampliada" 006 "Sou não sou" - autoconhecimento 007 "Raio X" 008 Conversinha Teens" (13-17 anos) 009 "Descolados" 010 "Como falar para seu filho ouvir" (livro) 011 "Rango" 012 "Pode ou Não Pode" 013 "Papo Cabeça" 014 "Cara de Quê" 015 "Monstrenque" 016 "Pontinho de vista" 017 "Tudo Explicadinho" 018 "Quem é Quem?" 019 "70 DE NOVO" 020 "Vai e Vem!" - 021 "Armadilhas" 022 "Pontos Fracos" 023 "Monstrinhos dos Problemas" (livro) 024 "Respondo o quê?" (livro) 025 "Foca nos Estudos" 026 "Lado Sombrio" 027 "Tô que Tô" 028 "Roda Gigante da Motivação" 029 "Jogo - Quebra cabeça das emoções 030 "Ponto de Vista"	UND	1





7	BONECO SEMAFORO DO TOQUE. Contém: um boneco de 50 cm em feltro com pontos de velcro, um cabelo removível, quatro círculos de cada nas cores vermelho, amarelo e verde com velcro.	UND	2
8	JOGO ESCRITA TERAPEUTICA. Escrita terapêutica: 100 cartas para organizar pensamentos e liberar emoções. Neste livro em forma de caixinha você vai ver que o simples ato de colocar uma palavra no papel pode ajudar a expressar seus sentimentos, liberando emoções que às vezes não se pode expressar por outros meios. Afinal, a escrita é um recurso terapêutico de autoconhecimento, de comunicação e de transformação pessoal. Aqui estão 100 cartas para você exercitar sua escrita reflexiva, desabafar e libertar-se. Uma obra que vai levar você a escrever espontaneamente e materializar seu pensamento em palavras. Elabore melhor suas experiências e expresse suas emoções, deixando de lado o pensamento racional, exercitando seu cérebro emocional por meio deste recurso lúdico, prático e criativo. Não precisa ser escritor para se beneficiar da escrita	UND	2
9	QUEBRA CABEÇA COM 50 PEÇAS. Diversos temas, confeccionado em material: Cartonado rígido de alta densidade.	UND	3
10	JOGO DA MEMORIA Jogo da Memória, 40 Peças de madeira, Color Multicolorido	UND	3
11	JOGO DE DOMINÓ Jogo Dominó Profissional De Osso Estojo com 28 Peças Grandes Cores claras	UND	3
12	GRANDE LEGO Kit Com 500 Peças De Bloco De Montar, acondicionado em embalagem plastica	UND	1
13	BARALHO, Jogo de baralho com Naípe grande para melhor visualização dos números, Tipo da carta: cartão couché 290 g, unitária, Tamanho da carta: 57 x 89 mm, Quantidade de cartas: 52 cartas, 2 curingas, carta garantia, Tipo de embalagem: caixinha unitária, Atóxico/reciclável	UND	3
14	JOGO DE BLOCOS - com peças confeccionados em madeira de reflorestamento (MDF) em 15mm de espessura, com pintura atóxica cor branca nas superfícies das peças, e arestas arredondadas. Acompanha esquadro de apoio em madeira de MDF para auxiliar na montagem da torre. Jogo clássico de estratégia e movimentos precisos onde os jogadores se revezam para remover os blocos da base da torre para o topo, criando uma estrutura cada vez maior e mais instável à medida que o jogo progride.		2
LOTE III - HIGIENE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	ALCOOL GEL 70% em frasco de 450 g com ação antibacteriana, Flip Top.	FRASCO	600
2	HASTES FLEXIVEIS COM PONTA DE ALGODÃO (COTONETE/BASTONETES) Os Bastonetes são indicados para higienização de áreas delicadas. Embalado em cx com 75 UND NA CX	CX	600
3	CREME DENTAL 90gr, que oferece proteção anticárie, fortalecendo os dentes e eliminando manchas amarelas proporcionando dentes mais brancos e combatendo o mau hálito, deixando o hálito fresco.	UND	600
4	ESCOVA DE DENTE ADULTA, Cerdas de nylon macias, 17cm de comprimento aproximadamente, Anatômico; embalada individualmente	UND	600
5	SABONETE LÍQUIDO para uso de todo o corpo em balado em galão de 5 LITROS e com perfumes diversificados	GALÃO	8





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

6	SABONETE LÍQUIDO glicerinado ou neutro para uso em todo o corpo embalado em frasco de 250 ml	UND	600
7	TOALHA DE ROSTO COMUM 100% Algodão 45x70cm CORES VARIADAS	UND	700
8	SHAMPOO COMUM PARA TODOS OS TIPOS DE CABELOS, FRASCO DE APROX. 300 ML	UND	600
9	ANTITRANSPIRANTE Desodorante Aerossol masculino ou feminino sem álcool e que proporciona 48 horas de proteção contra a transpiração e o mau odor. Embalado em frasco metalico de 150 ml /90 gr	UND	600
LOTE IV - CESTA ALIMENTICIA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	LEITE EM PÓ DESNATADO 200 GR Leite Em Pó Desnatado Instantâneo Sachê embalagem de 200g Ingredientes: Leite Desnatado, Fosfato Tricálcico, Emulsionante Lecitina De Soja, Vitaminas A, C E D, Ferro Não Contém Glúten Validade minima de 12 meses	PCT	1300
2	AVEIA CX 165 GR Aveia integral em flocos, grão integro prensado, conhecido pelo preparo de mingau de aveia Fonte de fibras, proteínas e sais minerais que ajudam a reduzir o colesterol, pois contém uma alta concentração de BetaQ, a betaglucana Embalada em cx de 165 gr, com validade minima de 6 meses	CX	1300
3	ADOÇANTE Adoçante dietético, frasco com 60ml, aspecto líquido limpido transparente, ingredientes sacarina sódica, com bico dosador Sem aspartame sem ciclamato, sem sacarina, sem acesulfamek Prazo de validade mínimo 2 anos a contar a partir da data de entrega	FRASCO	1300
4	POLPA DE FRUTA NATURAL EMBALADA 500 G Polpa de frutas rica em vitaminas do complexo B e sais minerais combate reumatismos e inflamações tem baixo teor calórico, pacotes de 5x 100g, em caixas de 10kg armazenamento 15°C ou mais frio	PCT	1300
5	GELEIA DE MOCOTO NO COPO 180 G Geleia de mocoto enriquecida com vitaminas, tendo em sua composição Água, açúcar, extrato protéico bovino, vitaminas C, ácido pantotênico, B6, B1, A, ácido fólico e B12, espessante agar, corante caramelo, regulador de acidez bicarbonato de sódio e aromatizantes aroma idêntico ao natural de canela e aroma natural de cravo NÃO CONTÉM GLÚTEN – AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE Validade mínima de 12 meses	COPO	1300
LOTE V - CESTA ALIMENTICIA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	IORGUT NATURAL COPO 170 GR logurte natural com todos os nutrientes do leite, como proteínas, carboidratos, vitaminas e sais minerais, possui microorganismos vivos que exercem uma influência positiva no organismo Embalado em copo de 170 gr e validade min de 3 meses	COPO	1300
2	MULTICEREAIS SACHÊ 200 GR MINGAU DE 3 CEREAIS Mistura em pó para preparo de mingau a base de trigo, aveia e cevada Produto deve seguir a legislação vigente RDC nº 273 de 22/09/05 e Portaria nº31 de 13/01/98 ANVISA Rotulagem obrigatória de acordo com a RDC nº 360/359 de 23/12/03, RDC nº 259 de 20/09/02, RDC nº123 de 13/05/04 ANVISA, lei nº10674/03 Embalagem em sachê contendo 200 gr	SACHÊ	1300
3	BISCOITO INTEGRAL PCT 400 G Biscoito com FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ÁGUA, , GRÃO DE TRIGO, GRÃO DE CENTEIO,	PCT	1300





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	GERGELIM, AVEIA EM FLOCOS, LINHAÇA MARROM, LINHAÇA FIBRA, SAL, entre outros Validade mínima de 12 meses		
4	CURCUMA (AÇAFRAO DA TERRA) PCT 100 GR Curcuma em Pó Açafraão da Terra 100g Com aroma suave e cor intensa, fonte de antioxidantes naturais Planta medicinal que contribui para o bom funcionamento do sistema digestivo, possui propriedades antiinflamatórias, antifúngicas e antioxidantes Vegano Sem Glúten Sem Lactose Ingredientes: Cúrcuma em pó embalada em sachê de 100 gr com validade mínima de 12 meses	PCT	1300
5	PREPARADO PARA SOPA NUTRICIONAL SACHÊ 200 G Preparo de sopa com frango ou carne, macarrão, pedacinhos de legumes, temperos e outras fontes de nutrientes importantes Embalado em sachê de 200 g com validade mínima de 12 meses	SACHÊ	1300
LOTE VI - LUDICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	TELA PARA PINTURA Tecido: Cretone 265g/m ² - 100% Algodão, Branca com 100% de dióxido de titânio, sem adição de clareadores, Dimensões: 20 x 30 x 1,4cm	UND	80
2	TINTA PARA TELA ACRILICA CORES VARIADAS EM EMBAGALEM DE 250ML Tinta sólida e bastante resistente depois de seca. Acabamento semi-brilhante. Secagem rápida. Não tóxica	UND	10
3	PINCEL ARTISTICO CHATO PARA PINTURAS EM TELAS DE TECIDOS Nº 8	UND	80
LOTE VII - MATERIAL DE FISIOTERAPIA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	BOLA SUIÇA 65 CM. Bola Suíça para exercícios de Pilates, Yoga, Sistema Anti-Estouro, Várias Cores, Resistente, Leve, Capacidade de 150kg, Lavável	UND	1
2	Faixa Elástica Fisioterapia THERA BAND. Faixa Elástica Fisioterapia Academia Thera Band Para Exercícios Multifuncionais 1,5 metro Espessura 0.35mm (Leve):	UND	1
3	Faixa Elástica Fisioterapia THERA BAND. Faixa Elástica Fisioterapia Academia Thera Band Para Exercícios Multifuncionais 1,5 metro Espessura 0.45mm (Médio):	UND	1
4	Faixa Elástica Fisioterapia THERA BAND. Faixa Elástica Fisioterapia Academia Thera Band Para Exercícios Multifuncionais 1,5 metro Espessura 0.55mm (Forte):	UND	1
5	MINE Faixa Elástica Fisioterapia THERA BAND. Faixas Elasticas Exercícios em Casa Mini Band Extensor Academia Yoga Pilates Fitness Crossfit. Dimensões do item C x L x A 20 x 10 x 5 centímetros. Estilo Pull Up	UND	3
LOTE VIII - COPA E COZINHA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	TAPETES ANTIDERRAPANTE - Tapete De Entrada Capacho 60Cm X 40Cm Cor: Preto; .Informações técnicas: Espessura: 6mm; Material: Base de borracha e superfície em polipropileno; Cores: variadas	UND	4
2	Cortina Tecido Rustico 4,00M x 2,50M Semi Blackout Areia Para Varão Simples. O Tecido Rústico garante um bloqueio de 60% da incidência de luz no ambiente, Cortina dividida em duas partes iguais, Ilhós: Indicado para varão de até 28m, Acabamento laterais feito na bainha, Cortina com barra de 8CM.	UND	6





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Acompanha varão de			
LOTE IX - GRAFICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	BLUSA EM MALHA PERSONALIZADA, GOLA REDONDA, SUBLIMADA COM ARTES COLORIDAS. TAMANHOS: PP, M, G, GG E EXTRA G	UND	200
2	ADESIVO DE DIVULGAÇÃO EM VINIL COM IMPRESSÃO COLORIDA TAM 18X 20 CM	UND	300
3	PLACA PARA FACHADA DE IDENTIFICAÇÃO COM ESTRUTURA DE METALON E IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO EM LONA	M2	1
4	COPO EM ACRILICO PERSONALIZADO, MODELO LONG DRINK CAPACIDADE PARA 350 ML, FORMATO CILÍNDRICO, COM IMPRESSÃO SILK SCREEN RESISTENTE AGUA, CORES SOLIDAS E IMPRESSÕES COLORIDAS	UND	100
5	NECESSAIRE PERSONALIZADA PVC 0,40MM, 18CM X 9,5CM X 6CM, ALÇA LATERAL, FECHAMENTO ZÍPER	UND	103
6	BANNER EM LONA, 340 GRAMAS, COLORIDO, COM SARRAFOS DE MADEIRA, PONTEIRAS EM PLASTICO E CORDINHA DE SUSTENTAÇÃO, MEDINDO NO MINIMO 1,20 X 90 CM	UND	4
7	ADESIVO DE IMPRESSÃO DIGITAL GRAMATURA 0,8 INSTALADO, PAREDE, VIDRO, CARRO E PORTA, INSTALADO NA SEDE DO MUNICÍPIO	M2	2
8	CARIMBO AUTOMÁTICO PEQUENO- TAM 38 X 14MM AUTOTINTADO TIPO ESTOJO AUTOMÁTICO - CONFECCIONADO EM PLÁSTICO OU ACRÍLICO - ALMOFADA EM COR PRETA - SUBSTITUÍVEL -FORMATO RETANGULAR - MECANISMO RESTRÍL COM TRAVA DE SEGURANÇA	UND	3
9	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL EM MATERIAL PVC FLEXÍVEL, SISTEMA DE IMPRESSÃO ESPECIAL A LASER. APRESENTAÇÃO FOTO DIGITAL ESCANEADA, FRENTE, COM LOGOMARCA, DADOS FIXOS E VARIÁVEIS, DIMENSÕES 86X54MM COM CORDÃO.	UND	5
10	AGENDAS PERSONALIZADAS tamanho 20cmx15 cm MIOLO: Em papel reciclado 63 g/m ² ; fitilho marcador na cor verde; com páginas da agenda diária (1 página para cada dia do ano); impressão 2 X 2 cores; com índice telefônico, tabelas úteis e mapas coloridos; mais 40 a 50 páginas de conteúdo institucional, a fornecido à Contratada quando da confecção do primeiro exemplar. CAPA: 2 (duas) impressões em cores; capa dura plastificada com gramatura superior a 240g. ARTE: O layout da capa e do miolo serão fornecidos oportunamente pela Contratante.	UND	3
11	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE PORTAS EM PVC MED, 40X12,5CM, COR 4X0 ADESIVADO.	UND	3
12	CANECA EM CERÂMICA PERSONALIZADA, REDONDA, COM ALÇA, CAPACIDADE PARA 325ML, FORMATO CILÍNDRICO, COM IMPRESSÃO RESISTENTE À UTILIZAÇÃO EM MICROONDAS E MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS. CORES A COMBINAR COM O CONTRATANTE.	UND	4
13	CHAVEIRO PERSONALIZADO, PLÁSTICO, 04 CM DIÂMETRO, GEL, ARGOLA E CORDÃO.	UND	2
14	CARTAZ TAMANHO 40X60, COR 4X0, PAPEL COUCHÊ 90G	UND	20
15	FOLDERS TAM A4 21X29, 7CM, FRENTE E VERSO - TRÊS DOBRAS, 90G, IMPRESSÃO 4X4.	UND	1000





16	PANFLETO TAM 15X21 EM PAPEL COUCHÊ 90G, FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO 4X4, VÁRIAS TIRAGENS.	UND	1000
LOTE X - EXPEDIENTE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	PAPEL TAMANHO A4 – 75 GR/M ² - CAIXA COM 10 UNIDADES CONTENDO RESMA COM 500 FOLHAS; EMBALAGEM EM PAPEL IMPERMEÁVEL CONTENDO DADOS IMPRESSOS DO FABRICANTE E DO PRODUTO.	CX	5
2	PAPEL 40 KG TAMANHO A4 – COR BRANCA - RESMA COM 250 FOLHAS; EMBALAGEM EM PLÁSTICO FECHADO; IDENTIFICADO COM ETIQUETA AUTOADESIVA CONTENDO DADOS DO FABRICANTE E DO PRODUTO.	RESMA	1
3	PAPEL 60 KG TAMANHO A4 – COR BRANCA - RESMA COM 200 FOLHAS; EMBALAGEM EM PLÁSTICO FECHADO; IDENTIFICADO COM ETIQUETA AUTO ADESIVA CONTENDO DADOS DO FABRICANTE E DO PRODUTO.	RESMA	1
4	PAPEL ADESIVO FOSCO - TAMANHO A4 - COLA DE EXCELENTE QUALIDADE - ADERE FACILMENTE À DIFERENTES SUPERFÍCIES; IDEAL PARA IMPRIMIR NA IMPRESSORA JATO DE TINTA E IMPRESSORAS À LASER - PACOTE COM 100 FOLHAS.	PCT	1
5	PAPEL TAMANHO A4 – 75 GR/M ² - CAIXA COM 10 UNIDADES CONTENDO RESMA COM 500 FOLHAS; EMBALAGEM EM PAPEL IMPERMEÁVEL CONTENDO DADOS IMPRESSOS DO FABRICANTE E DO PRODUTO.	CX	1
6	GIZ DE CERA FABRICADO EM CERA DE QUALIDADE QUE PERMITA BOA COBERTURA AO DESENHAR, ESCREVER E COLORIR SUPERFÍCIES DE PAPEL, CARTOLINA E PAPEL CARTAO; NAO T6XICO; FORMATO ANAT6MICO; CAIXA COM 12 CORES VARIADAS.	CX	3
7	GIZAO DE CERA GROSSO 12 CORES E 112 GR – COMPOSTO POR CERAS E PIGMENTOS ORGANICOS; MEDINDO DE CORPO APROXIMADAMENTE 80 MM DE COMPRIMENTO E 10MM DE DIAMETRO; PONTA MEDINDO 6 MM DE COMPRIMENTO; ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPE@O RESISTENTE, CONTENDO 12 UNIDADES COM CORES DIFERENTES O PRODUTO DEVERA SER UTILIZADO EM PINTURAS E DESENHOS SOBRE O PAPEL, PAPEL CARTAO E CARTOLINA; NAO PODE MANCHAR AS MAOS E SER ATOXICO; NA EMBALAGEM DEVERACONSTAR O NOME OU MARCA DO FABRICANTE, QUANTIDADE DE PELAS E PESO, SELO DE SEGURANSA INMETRO, DATA DE VALIDADE E DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOE; VALIDADE MINIMA DE 4(QUATRO) ANOS NO MOMENTO DA ENTREGA.	CX	1
8	MASSA DE MODELAR COM 12 UNIDADES E 180 GR – COMPOSTO DE PARAFINAS, CERAS E PIGMENTOS; PRODUTO NAO TOXICO; SEM CHEIRO; PODENDO SER REAPROVEITADO; INDICADO PARA TRABALHOS DE MODELAGEM; CAIXA COM 12 BARRAS DE CORES DIFERENTES, CILINDRICAS; COM APROXIMADAMENTE 100,0MM DE COMPRIMENTO E 100,0MM DIAMETRO; PESO L(QUIDO TOTAL DA EMBALAGEM NAO INFERIOR A 180 GR; NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR O NOME OU MARCA DO FABRICANTE, QUANTIDADE DE PELAS E PESO, SELO DE SEGURAN A INMETRO, DATA DE VALIDADE E DEMAIS INFORMA DES EXIGITAS NA LEGISLA O EM VIGOR; VALIDADE MINIMA DE 4 QUATRO ANOS NO MOMENTO DA ENTREGA.	CX	3
9	BLOCO AUTO ADESIVO MEMO REMOVIVEL (POST-IT), 34,9 X 47,6 MM; PCT C/	PCT	1





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10	12 BLOCOS DE 100 FLS. BLOCO AUTO ADESIVO MEMO REMOVIVEL 102 X 76 MM; PCT C/ 12 BLOCOS DE 100 FLS.	PCT	1
11	LIVRO DE PONTO COM 100 FOLHAS — COM PLANILHA PROPRIA EM PAPEL OFF- SET; COM 100 FOLHAS NUMERADAS; FOLHAS INTERNAS EM PAPEL 56 G/M' MEDINDO 320 MM X 22MM; CAPA/CONTRA CAPA DE PAPELO 697 G/M2, COM REVESTIMENTO DE PAPELKRAFT 110 G/M*.	UND	1
12	CALCULADORA DIGITAL DE MESA — PORTATIL; CAPACIDADE MINIMA DE 8 DIGITOS; FAZ AS 4 OPERA/DES BASICAS, RAIZ QUADRADA, PORCETAGEM, CORRE/AO PARCIAL E TOTAL, INVERSAO DE SINAIS; MEMORIA (M+, M-, MR E MC); CHAVE PARA SELECIONAR NUMERO DE CASAS OECIMAIIS PARA 0, 2, DIGITOS E FLUTUANTE; ALIMENTADA GOM NO MAXIMO 2 BATERIAS TEM AA OU AAA — DIMENSOES APROXIMADAS: 16 CM DE LARGURA X 18 CM DE PROFUNDIDADE X 5,5 DE ALTURA; NAO PODE TER PARTE BASCULANTE (MDVEIS).	UND	1
13	CLIPS Nº 3/0 PARA PAPEL EM ATO NIQUELADO EMBALAGEM CX COM 50 UND, COM DADOS DE IDENTIFICA/AO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICA/AO.	CX	1
14	CLIPS PARA PAPEL EM ATO NIQUELADO NUMERO 2/0 — EMBALAGEM CX COM 100 UND, COM DADOS DE IDENTIFICA AO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	CX	1
15	CLIPS PARA PAPEL EM ATO NIQUELADO Nº 6/0 EMBALAGEM CX COM 50 UND, COM DADOS DE IDENTIFICA/AO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICAC,.AO.	CX	1
16	EXTRATOR DE GRAMPO — EXTRATOR DE GRAMPO, EM ATO, INOXIDAVEL TIPO ESPATULA, CROMADO MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 X 2 CM.	UND	1
17	TESOURA ESCOLAR PEQUENA, SEM PONTA, CABO P STICO, 13 CM, CABO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTENCIA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICA O DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UND	4
18	TESOURA ESCOLAR PONTA ARREDONDADA, 11,4 CM, SEM PONTA CABO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UND	4
19	LÁPIS DE COR 12 CORES SORTIDAS; COMPOSTO POR PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTE E CERAS EM FORMATO REDONDO; FABRICADO COM PIGMENTOS DE ALTA QUALIDADE QUE PROPORCIONAM MELHOR COBERTURA, EM CORES VIVAS E BRILHANTES; DESLIZA MELHOR PERMITINDO VARIAÇÕES DE TONS SUAVES ATÉ TRAÇOS INTENSOS; COM FIXAÇÃO DA MINA À MADEIRA TORNANDO O LÁPIS MAIS RESISTENTE AO USAR E APONTAR SEM QUEBRAR A MINA; FABRICADO COM MADEIRA REFLORESTADA DIÂMETRO DA MINA DE 3 MM OU MAIS GROSSA; CORPO DE MADEIRA MEDINDO ENTRE 17,0CM A 18,0CM DE COMPRIMENTO, COM DIÂMETRO ENTRE 6,5 MM A 7,5 MM; EMBALADOS EM CAIXA COM 12 UNIDADES; PRODUTO FABRICADO TODO COM MATERIAL ATÓXICO; EM CONFORMIDADE COM NORMA NBR 15236 (ARTIGOS ESCOLARES); INSCRITO NA CAIXA UMA TABELA DE CORES (PARA DESPERTAR NA CRIANÇA O VALOR DAS CORES); NO CORPO DA CAIXA DEVERÁ TAMBÉM CONSTAR O NOME OU MARCA DO FABRICANTE, QUANTIDADE, SELO DE SEGURANÇA INMETRO E DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.	CX	3
20	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL – CANETA PONTA ESFÉRICA; CORPO (PARTE	CX	1





EXTERNA) HEXAGONAL POLIESTIRENO TRANSPARENTE; ORIFÍCIO PARA PASSAGEM DE AR NA LATERAL OU NA TOPETEIRA; COMPRIMENTO SEM TAMPA MÍNIMO 140 MM; TAMPA ANTI-ASFIXIANTE NA COR DA CANETA COM CLIPE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO; TOPETEIRA (TAMPINHA) TOTALMENTE EMBUTIDA NO CORPO NA COR DA CANETA; TUBO DA CARGA TRANSPARENTE MONTADO POR ENCAIXE; TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES ATÓXICA NA COR DA CANETA; PONTA NÃO RETRÁTIL EM COBRE OU LATÃO; ESFERA EM TUNGSTÊNIO DIÂMETRO 1,0 MM; ESCRITA SEM FALHAS OU BORRÕES; COMPRIMENTO MÍNIMO DE TRAÇADO (ESCRITA) 1100M, CONFORMIDADE COM NORMA NBR 15236 (ARTIGOS ESCOLARES); SELO DE SEGURANÇA INMETRO. CX COM 50 UND

5.1 - Os preços de referência ora apresentados foram estimados com base na média dos preços coletados viabilizados para verificação no mercado dos valores atinentes a contratação deste objeto, conforme coletas de preços anexados nos autos deste processo.

5.2 - O valor estimado para contratação possuir caráter sigiloso, fundamentado no art. 15. § 1º do Decreto Federal nº. 10.024/2019 e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.2.1. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas conforme prevê o § 2º do art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ELEMENTO DE DESPESA:

6.1. O Sistema de Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência de recurso.

6.2. Com base no art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, preceitua: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

6.3. As despesas do exercício subsequente correrão à conta da dotação consignada para esta atividade, ficando subordinadas ao respectivo crédito orçamentário.

7. DA FORMA DE FORNECIMENTO:

7.1 Conforme cláusula quinta da Minuta do contrato, mencionada neste termo de referência.

8. VALIDADE E DA VIGÊNCIA:

8.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, não podendo ultrapassar 31 de dezembro do ano corrente, contados a partir da Assinatura do Contrato.

9. PAGAMENTO:





9.1. O pagamento do produto recebido será efetuado, em até 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento da Nota Fiscal, diretamente pela Secretaria de origem, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Conforme cláusula décima primeira da Minuta do contrato, mencionada nesse Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Conforme cláusula Oitava da Minuta do contrato, mencionada nesse Termo de Referência

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1- Conforme cláusula Nona da Minuta do contrato, mencionada nesse Termo de Referência.

13. DA FISCALIZAÇÃO:

13.1- A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela mesma.

13.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

14.1 - Habilitação Jurídica

- NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
 - EM SE TRATANDO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial (não sendo o contrato social consolidado apresentar juntamente todos os aditivos a este) em se tratando de sociedades empresárias: devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;
 - NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES: ato constitutivo devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS: decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- OBS: Os documentos listados acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





f) Cópia de Documento Oficial com foto e CPF, de Sócio-Administrador ou do titular da empresa, conforme o caso;

II – Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme o caso:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio ou sede do licitante e para com o município de Morrinhos;
- c) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;
- d) comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR), conforme Lei 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

III – Qualificação Econômica-Financeira:

- a) **Balço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal**, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Serão considerados como na forma da Lei, o Balço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

I - **Sociedades empresariais em geral:** Balço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

II - **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- III - **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias.
- IV - **As empresas constituídas á menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- c) Entende-se que a expressão **"na forma da lei"** constante no item IV-b, no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento).
- d) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.
- e) A empresa optante pelo *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED* poderá apresentá-lo na **"forma da lei"**.
- f) Entende-se que a expressão **"na forma da lei"** constante no item IV - e, engloba, no mínimo:
- I - Balanço Patrimonial;
 - II - DRE - Demonstração do Resultado do Exercício;
 - III - Termos de abertura e de encerramento;
 - IV - Recibo de entrega de escrituração contábil digital (*Para efeito o que determina o Art. 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018*);
- OBS: A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, por meio da apresentação de escrituração contábil digital, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. (Art. 1º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018).*
- g) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.
- h) A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED*. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo.
- i) Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- j) Apresentar **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade.

IV - Qualificação técnica, conforme o caso:

- a) Apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo **01 (um) atestado/declaração** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente atualizada, constando o período de fornecimento, de modo a comprovar que a licitante já forneceu, o objeto deste edital ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à





conferência pelo Pregoeiro ou quem este indicar. Os atestados deverão estar necessariamente em nome da licitante.

b) Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item IV alínea "a" instrumento de nota fiscal respectiva ao qual o atestado faz vinculação.

14.2- Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos do edital;

14.3- Declaração de conhecimento de todos os parâmetros e elementos do produto a ser ofertado e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital, conforme modelo constante dos Anexos do edital;

14.4- Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos do edital;

14.5- Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos do edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

14.6- Declaração sob as penalidades cabíveis, que é microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

15. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e os microempreendedores individuais (MEI);

15.1. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as MEI, ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista:

a) Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado as MEI, ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, do mesmo dispositivo na Lei Complementar nº. 123/2006, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.





16. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 16.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste termo de referência, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 16.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste termo de referência, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 16.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e suas alterações posteriores.
- 16.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 16.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 16.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 16.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

17. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 17.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 17.1.1. Valor unitário do Item e do Lote;
- 17.1.2. Marca/Modelo;
- 17.1.3. Fabricante;
- 17.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 17.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 17.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 17.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 17.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

18. DA MINUTA DO CONTRATO: MINUTA TERMO DE CONTRATO nº _____.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MORRINHOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, COM A EMPRESA _____, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

O **MUNICÍPIO DE MORRINHOS – CE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua José Ibiapina Rocha, S/N, Centro, Morrinhos/Ce, através da **SECRETARIA DE _____**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo respectivo(a) _____, Sr. (a) _____, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a **Empresa _____**, com endereço à rua _____, bairro _____, cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representado por _____ (nome e qualificação), portador do CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, com vinculação ao Edital de Pregão nº _____/_____, o que fazem mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 1.1- Processo de Licitação, na modalidade Pregão, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da **Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão**, o Decreto nº 3.555/2000, devidamente homologado pelo Exmo(a). Sr. _____ do Município de Morrinhos – CE.
- 1.2- Aos casos omissos serão resolvidos pelo Secretário ordenador de Despesa, mediante aplicação da Legislação pertinente.
- 1.3- A execução do presente contrato será indireta e regrada sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- Constitui objeto da presente contratação a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS VINCULADOS À SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MORRINHOS**, constantes no Anexo I do Edital do processo licitatório referido na cláusula primeira, no qual restou vencedor a Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

- 3.1- O objeto contratual tem o valor de R\$ (.....), a ser pago até o 10º dia após a entrega, obedecido o constante no Preâmbulo do Edital de Pregão.
- 3.2- O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.
- 3.3- REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-





financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4- Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

4.1- O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade até a entrega total dos bens, não podendo ultrapassar 31 de dezembro do ano corrente, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA- DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

5.1- O FORNECIMENTO do objeto será parcelado, conforme necessidades da Administração. O FORNECIMENTO dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE FORNECIMENTO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria Gestora.

5.2- A ordem de fornecimento/autorização de FORNECIMENTO emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do Pregão no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou do próprio Pregão.

5.3- Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de fornecimento/autorização de FORNECIMENTO, o fornecedor deverá fazer a FORNECIMENTO do produto no local designado pela Contratante, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a FORNECIMENTO dos bens.

5.4- O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos ITENS entregues.

5.5- Poderão ser firmados contratos decorrentes do Pregão, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

5.6- DO PRAZO E LOCAL DE FORNECIMENTO: Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da expedição da ORDEM DE FORNECIMENTO pela administração, no almoxarifado da Secretaria de Origem ou em local determinado na ORDEM DE FORNECIMENTO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, das 08h00min às 12h00min local.

5.7- Os ITENS deverão obedecer a um cronograma de FORNECIMENTO, a partir das características que se apresentam, nos quantitativos e itens discriminados na ORDEM DE FORNECIMENTO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

5.8- Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

5.9- Por ocasião DO FORNECIMENTO dos ITENS, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

5.10- Para os bens objetos deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Morrinhos - CE, com endereço na Rua José Ibiapina Rocha, S/N - Centro,





Morrinhos, Estado do Ceará. CEP: 62.550-000, Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 07.566.920/0001-10.

5.11- No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

5.12- Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

5.13- Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do FORNECIMENTO que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do FORNECIMENTO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do FORNECIMENTO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do FORNECIMENTO. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) aceitar, nas mesmas condições do Pregão de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no FORNECIMENTO, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Pregão, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

e) a FORNECIMENTO dos ITENS deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

5.14- A fiscalização do contrato será exercida pela **CONTRATANTE**, por meio de servidor previamente designado, conforme estabelecido no artigo 67 da Lei 8.666/1993 e alterações.

5.15- O exercício da fiscalização ou acompanhamento do FORNECIMENTO dos Itens licitados será exercido no interesse do Município e não inclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5.16- A **CONTRATANTE** se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais entregues, se em desacordo com os termos do presente instrumento e do respectivo contrato.

5.17- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

5.18- A FORNECIMENTO do objeto da licitação não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, pelo perfeito desempenho em relação ao prazo de FORNECIMENTO e qualidade.





CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

- 6.1- O objeto da licitação será recebido pelo liquidante da respectiva Secretaria, mediante a apresentação dos respectivos recibos (em duas vias), fatura e nota fiscal, nos termos do Edital.
- 6.2- O Objeto contratual será fornecido de forma integral ou parcelada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA ORIGEM DOS RECURSOS

- 7.1- As despesas deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias e Elemento de Despesa: xxxxxxxxxxxxxx. Os Recursos serão oriundos de

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 8.1- São obrigações do fornecedor, além das demais previstas neste contrato:

- a) Executar o fornecimento dos produtos contratados dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida.
- b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- d) Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) material(is) no Anexo II, de acordo com o artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da Contratante; aceitar nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- e) Entregar os produtos de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços da CONTRATANTE.
- f) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- g) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento do bem, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato.
- h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- i) Possibilitar a CONTRATANTE efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento ao objeto contratual.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1- A CONTRATANTE obriga-se:

- a) Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os materiais.





- b) Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
- d) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados/contratados permaneçam compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO

10.1- O pagamento do produto recebido será efetuado, em até 10 (dez) dias úteis após a entrega do objeto contratual, mediante apresentação de atestado de recebimento definitivo, firmado pelo encarregado de recebe-lâs na forma do edital, acompanhado dos documentos hábeis de cobrança (NOTAS FISCAIS E RECIBOS) que deverão ser entregues diretamente na Secretaria de Assistência Social.

10.2- O pagamento será efetuado diretamente pela secretaria de Assistência Social, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

11.2- A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das obrigações da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Morrinhos prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto





perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 11.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

11.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

11.5- As sanções previstas nos incisos III e IV do item 11.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

11.6- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,00% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

11.8- As sanções previstas no item 11.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1- Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.

12.2- O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente na quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal Nº 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente instrumento.

12.3- O presente Contrato é rescindível, ainda, independentemente de qualquer interpelação Judicial ou Extra-Judicial, nos casos de:

12.3.1- Omissão de pagamento pela Contratante;

12.3.2- Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

12.3.3- Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1- A fiscalização do Contrato será exercida por servidor devidamente nomeado.

13.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA- DA PUBLICAÇÃO

14.1- A publicação do presente Contrato é de responsabilidade do CONTRATANTE e deverá ser efetivada por extrato, no órgão de imprensa oficial Municipal, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- Declaramas partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

15.2- Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1- Fica eleito o foro da Comarca de Morrinhos, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Morrinhos - CE, ____ de ____ de ____

CONTRATANTE

CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

1.

NOME: _____

CPF: _____

2.

NOME: _____

CPF: _____

Morrinhos – CE, 13 de Julho de 2023

Marília Soares de Vasconcelos Carneiro
Marília Soares de Vasconcelos Carneiro
Secretária de Assistência Social

